

COMITÊ DE INVESTIMENTO

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Nº 005/2026

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 09:30min, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha - IPVV, inscrito no CNPJ sob o nº 07.238.345/0001-27, situado na Rua Henrique Moscoso, nº 1275 - Centro, Vila Velha/ES, reuniu-se o Comitê de Investimento deste Instituto, em sua sala de reuniões. A convocação foi realizada conforme as normas vigentes, e a reunião foi conduzida pelo Diretor Financeiro, Sr. Reynaldo Luiz Fassarella. Necessário informar a ausência da Sra. Mariana Paiva M. Lopes e Sr. Ricardo Rodrigues Pobel em razão do gozo de férias no período. Verificada a existência legal de quórum.

O Sr. Diretor deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e apresentando a pauta da reunião ordinária:

- 1) Observação do cenário macroeconômico;
- 2) Aplicação dos recursos relativos à Contribuição Previdenciária de abril/2026 e cupom de Juros com vencimento em 15/05/2026. (Títulos Públicos NTN B)
- 3) Assuntos Gerais.

1) Observação do cenário macroeconômico;

Conforme relatório da LDB (i9Advisory), a atividade econômica segue mostrando recuperação no 1Tri26. O IBC-Br, proxy mensal do PIB, registrou alta de 0,6% m/m em fevereiro, ficando acima do consenso. No mês, todas as categorias registraram crescimento, com destaque para a indústria. Além disso, o IBC-Br ex-Agro mostrou alta de 0,6% m/m, indicando que os setores mais sensíveis à política monetária continuam fortes. Além disso, para o 1Tri26 o carregamento estatístico está positivo em 1,4% (ante 1,0% em janeiro), com crescimento em todos os setores.

Ademais, a Pesquisa Industrial Mensal de março confirmou a recuperação da indústria no 1Tri26. Na margem, grande parte das categorias apresentou expansão, com destaque para “bens de consumo duráveis” e “insumos típicos da construção civil”. Para o 1Tri26, a indústria registrou variação positiva em 1,4% e apresentou melhora em praticamente todas as categorias, com contribuição relevante de “Indústrias extrativas” e “Bens de consumo”.

No mercado de trabalho, os dados seguem mostrando resiliência. Primeiramente, o Caged registrou criação líquida de 228,2 mil empregos em março, muito acima das 148,6 mil vagas esperadas pelo consenso. Dessazonalizando os dados, as admissões registraram alta de 4,5% e os desligamentos de 1,5% em comparação com fevereiro. Com isso, houve criação líquida de 205,5 mil vagas em mar/26, resultado acima de fev/26 (136,6 mil) e levando a média móvel 3 meses para 156,5 mil postos em março (ante criação de 70,4 mil em fevereiro). Além disso, os salários médios reais de admissão e demissão cresceram, respectivamente, 1,8% a/a e 2,5% a/a.

A Pnad contínua de março reforçou os sinais de um mercado de trabalho forte. Com ajuste sazonal, a taxa permaneceu estável em 5,5%, ainda próxima da mínima histórica. Além disso, os rendimentos continuaram acelerando: tanto o rendimento habitual e efetivo nominal cresceram no mês. No ano, os rendimentos habituais e efetivos nominais cresceram 9,8% a/a e 9,0% a/a, e os reais cresceram 5,5% a/a e 4,6% a/a, respectivamente. Esse crescimento dos salários se deve tanto às condições apertadas do mercado de trabalho como aos reajustes salariais definidos em acordos e convenções coletivas.

Do lado fiscal, os dados de março reforçaram a percepção de um quadro fiscal frágil com forte expansão de despesas no 1S26. O Setor Público Consolidado registrou déficit primário de R\$ 80,7 bilhões, contra o consenso (Bloomberg) de déficit de R\$ 67,7 bilhões e superávit de R\$3,6 bilhões de mar/25. Na abertura, o resultado negativo foi disseminado: o Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais registraram déficits de R\$74,8 bilhões, R\$5,4 bilhões e R\$0,5 bilhão, respectivamente.

Além disso, a dívida líquida do setor público (DLSP) subiu de 65,5% do PIB em fevereiro para 66,8% em março, o equivalente a R\$ 8,6 trilhões. Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) passou de 79,2% para 80,1% do PIB no período, somando R\$ 10,4 trilhões.

Na inflação, após uma sequência de dados que surpreenderam para cima as expectativas, o IPCA-15 de abril registrou inflação de 0,89% m/m e 4,37% a/a, abaixo do consenso da Bloomberg. Entretanto, a abertura mostrou um cenário desfavorável, com o resultado abaixo do esperado explicado em grande parte pela queda de 14% das passagens aéreas, item historicamente volátil.

A maior contribuição para a alta veio da gasolina, que avançou 6,23% m/m e 7,0% a/a. Entre os segmentos, alimentação no domicílio teve alta de 1,8%. Vale destacar que, apesar de uma alta difusa, afetando 62% do grupo, houve forte contribuição de itens com peso relevante na cesta de consumo, como leite, tomate, cebola e ovos.

O segmento de serviços registrou inflação de 0,03% m/m e 5,8% a/a, com grande impacto da queda das passagens aéreas, enquanto as medidas subjacentes seguiram pressionadas. Os

serviços subjacentes subiram 0,45% m/m e 5,3% a/a. Os bens industriais, segmento que vinha apresentando comportamento mais benigno, também mostrou piora, com alta de 0,6% m/m e 2,5% a/a, refletindo aumentos nos preços de perfume, etanol e automóvel novo.

Assim, a leitura mostrou pressão disseminada em alimentação no domicílio, aceleração das medidas subjacentes de serviços, piora em bens industriais e alta relevante dos administrados, puxada pela gasolina. A média dos núcleos subiu 0,47% m/m e 4,3% a/a.

Por fim, o IGP-M de abril registrou inflação de 2,7% m/m e 0,6% a/a, com efeitos claros dos desdobramentos do conflito no Oriente Médio. A maior parte dos itens com contribuição relevante para a alta do índice sofreu impactos diretos ou indiretos da elevação do petróleo. Desde março, as divulgações dos IGPs têm indicado sinais de persistência das pressões, que não vêm mostrando arrefecimento.

Dessa forma, o cenário inflacionário mostra pressões sobre preços ao consumidor e ao produtor, com efeitos dos desdobramentos do conflito no Oriente Médio. Diante desse quadro, compatível com a deterioração das expectativas de inflação, é reforçado a expectativa de inflação próxima a 5,0% ao final deste ano.

Na política monetária, como esperado, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou outro corte de 25 bps na reunião de abril, levando a taxa Selic para 14,50% a.a. De forma geral, o tom da comunicação pós-reunião tornou-se mais cauteloso. Importante destacar que a comunicação passou a fazer referência não apenas ao ritmo do ciclo de calibragem, mas também à sua “extensão”. Essa mudança sugere que o Comitê começa a reavaliar o “orçamento” total de flexibilização monetária à frente. Ainda assim, o Comitê manteve a porta aberta para novos ajustes de política, ao continuar se referindo aos “próximos passos” do processo de calibragem, sugerindo que o ciclo de afrouxamento permanece em curso por ora. Em relação ao cenário externo, a caracterização do choque no Oriente Médio evoluiu. A comunicação de abril deixou de tratar o conflito como um choque novo e passou a descrevê-lo como uma fonte persistente de incerteza, cuja “duração, extensão e desdobramentos” permanecem incertos. Isso reforça a ideia de que o Comitê vê cada vez mais o conflito como parte do cenário-base, e não como um evento temporário que poderia ser rapidamente revertido.

Na inflação, o Comitê reconheceu uma deterioração do cenário inflacionário, com a inflação “distanciando-se ainda mais” da meta. De fato, segundo a ata de abril, as leituras recentes de inflação vieram “significativamente acima” do que havia sido inicialmente esperado. O Comitê reconheceu uma deterioração adicional das “expectativas de inflação de prazo mais longo, particularmente para 2028” e apresentou uma projeção de inflação baseada em modelos mais elevada para o horizonte relevante, de 3,3% para 3,5%.

A discussão sobre o balanço de riscos também trouxe sinais importantes. Segundo a ata, o Comitê voltou a debater mudanças mais amplas no balanço de riscos para a inflação, refletindo preocupações de que a persistência do conflito geopolítico já possa estar se materializando por meio de uma maior desancoragem das expectativas e de disrupções potencialmente mais duradouras nas cadeias globais de produção e distribuição. Nesse contexto, o Copom reforçou seu compromisso em evitar efeitos secundários decorrentes do choque do petróleo e de seus efeitos de transbordamento, mantendo uma postura cautelosa e dependente de dados diante do elevado grau de incerteza.

Ainda assim, como já sinalizado no comunicado pós-reunião, o balanço de riscos não foi considerado assimétrico, apesar de um ambiente macroeconômico cada vez mais complexo. Além disso, o Copom segue enfatizando a transmissão da política monetária restritiva por meio das condições de crédito e dos setores cíclicos da economia, mesmo ao reconhecer sinais renovados de reaceleração da atividade e um mercado de trabalho ainda apertado, com desemprego em níveis historicamente baixos e salários reais crescendo acima da produtividade.

De forma geral, a comunicação reforçou um cenário mais cauteloso, embora, o tom tenha permanecido relativamente moderado diante dos riscos atualmente incorporados ao cenário. Um aspecto relevante da ata de abril foi a ausência de uma discussão mais detalhada sobre o tema da “extensão” do ciclo de calibragem, apesar de ter sido um dos principais elementos novos introduzidos no comunicado pós-reunião de abril. Assim, a expectativa ainda é de continuidade do ciclo de calibragem, com outro corte de 25 bps na reunião de junho. A combinação de inflação acelerando, expectativas de inflação em alta, mercado de trabalho resiliente e sinais de reaceleração da atividade mantém relativamente baixa a probabilidade de um retorno a um ritmo mais acelerado de afrouxamento, mesmo em caso de alguma desescalada geopolítica.

Em um cenário alternativo envolvendo persistência do conflito no Oriente Médio, preços de energia elevados, nova deterioração das expectativas de inflação e continuidade da resiliência da atividade doméstica, não deve ser descartada a possibilidade de uma pausa no ciclo de calibragem na virada do semestre. No ambiente atual, e na ausência de medidas capazes de conter a deterioração das expectativas de inflação, os riscos permanecem inclinados para cima.

Para monitorar: evolução da inflação, sinais de desaceleração da atividade e impactos do conflito no Oriente Médio.

Gráfico 5: Média dos Núcleos IPCA-15

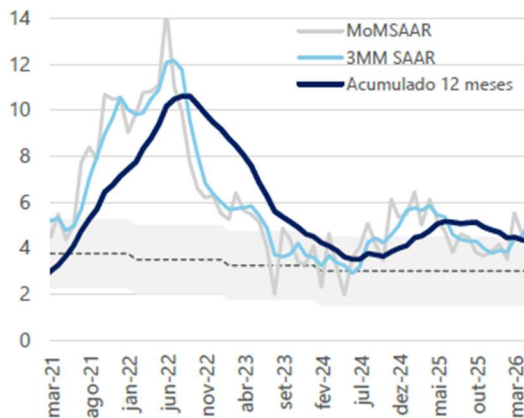
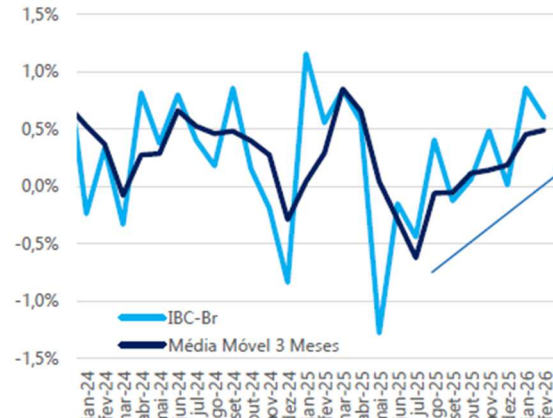


Gráfico 6: IBC-Br (MoM)



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até abril de 2026)

ÍNDICES	MÊS	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	1,09%	4,54%	14,83%	27,97%	43,75%	62,97%	74,51%
IMA-S	1,09%	4,62%	15,05%	28,52%	44,75%	64,45%	77,04%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,23%	3,89%	14,38%	29,40%	51,30%	68,39%	84,55%
IMA-B	1,81%	4,85%	12,35%	17,46%	26,65%	37,77%	44,23%
IRF-M	1,24%	3,63%	13,69%	23,38%	38,43%	56,30%	58,20%
DÓLAR	-4,42%	-9,34%	-11,87%	-3,54%	-0,24%	1,41%	-7,68%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	-0,08%	16,26%	38,69%	48,75%	79,37%	73,64%	57,55%
MSCI WORLD em R\$	4,61%	-4,62%	12,36%	36,01%	63,95%	69,07%	46,41%
NASDAQ em R\$	10,19%	-2,90%	25,74%	53,35%	103,10%	104,66%	64,59%
S&P 500 em R\$	5,54%	-4,52%	14,08%	38,09%	72,48%	76,94%	59,17%
MSCI WORLD (Moeda original)	9,45%	5,20%	27,50%	41,01%	64,34%	66,71%	58,59%
NASDAQ (Moeda original)	15,29%	7,10%	42,68%	58,98%	103,59%	101,81%	78,28%
S&P 500 (Moeda original)	10,42%	5,31%	29,45%	43,16%	72,90%	74,47%	72,42%

Elaboração: Backoffice i9.

2) Aplicação dos recursos relativos à Contribuição Previdenciária de Abril/2026 e Cupom de juros - Vencimento de Títulos Públicos NTN-B:

O Diretor Financeiro apresentou a carteira de investimentos do IPVV, na posição consolidada de 30/04/2026, que totalizava R\$ 1.151.520.394,02.

Na sequência, demonstrou a performance da carteira de investimentos, destacando que o mês de abril apresentou comportamento atípico e bastante positivo, registrando rentabilidade

de 2,11% no período, contribuindo significativamente para o atingimento da meta atuarial, que encerrou o mês em 0,13% acima da meta e acumulado de 4,53% no exercício. *(anexo I)*

Informou, ainda, que o cenário econômico permanece marcado por elevada volatilidade e incertezas, exigindo cautela na condução da Política de Investimentos.

No segmento de renda fixa, apresentou os fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5272/2025 (Fundos e ETF de Renda Fixa 100% Títulos Públicos), destacando o fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP – Responsabilidade Limitada, com rentabilidade acumulada de 5,16% no ano, e o fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP – Responsabilidade Limitada, com 5,11% no período. Informou que o segmento encerrou abril com rentabilidade de 1,10% no mês e 3,13% no ano.

Ressaltou também que o fundo CAIXA BRASIL IDKA PRÉ 2A FIC CLASSE FIF RENDA FIXA LP – Responsabilidade Limitada ainda não apresentou o desempenho esperado, considerando que a redução da taxa de juros projetada pelo mercado, à época do investimento, não se concretizou.

No artigo 7º, inciso III (Títulos do Tesouro Nacional), informou que os títulos vêm apresentando rentabilidade de 4,45% ao ano, enquanto os fundos enquadrados no artigo 7º, inciso V (Fundos ou ETF de Renda Fixa), registraram rentabilidade de 4,49% ao ano, ligeiramente superior ao resultado apurado com os títulos públicos, totalizando retorno acumulado de 4,40% no exercício para o grupo de renda fixa.

No segmento de renda variável, o Diretor demonstrou que alguns fundos que vinham apresentando bom desempenho registraram rentabilidade negativa no mês. No artigo 8º, inciso I (Fundos de Ações), destacou fundos que apresentaram oscilações negativas no período, refletindo a volatilidade do mercado doméstico. Em contrapartida, o fundo BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF – Responsabilidade Limitada apresentou rentabilidade positiva de 11,01% no mês, apesar de ter iniciado o exercício em desempenho negativo, evidenciando a importância da diversificação da carteira.

Informou, ainda, que a rentabilidade do fundo PLURAL DIVIDENDOS FIF CLASSE DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – Responsabilidade Limitada, acumula 15,91% no ano,

contribuindo para que o segmento encerrasse o período com retorno acumulado de 10,84% no ano.

No artigo 8º, inciso III (Fundos de Ações BDR), destacou o desempenho do fundo BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO FIC FIF – Responsabilidade Limitada, com rentabilidade de 11,44% no mês, e do fundo CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIF AÇÕES – Responsabilidade Limitada, com 7,91%, fazendo com que o segmento encerrasse abril com retorno mensal de 8,53%. Contudo, observou que o grupo ainda apresenta resultado acumulado negativo no exercício: em -2,13%.

No âmbito dos Investimentos Estruturados, artigo 10, inciso I (Fundos Multimercados), destacou o fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO – Responsabilidade Limitada, com rentabilidade de 11,28% no mês, e o fundo RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO II FIF MULTIMERCADO – Responsabilidade Limitada, com 10,23%, fazendo com que o segmento encerrasse o período com retorno de 7,97%.

Ressaltou que a carteira consolidada encerrou o mês de abril com rentabilidade de 2,11% e acumulado de 4,53% no exercício, ligeiramente acima da meta atuarial, que se encontra em 4,40%.

Apresentou, ainda, a posição parcial da carteira de investimento em 12/05/2026, demonstrando que a renda fixa apresentava os seguintes resultados até o momento: artigo 7º, inciso I (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos), 0,24%; artigo 7º, inciso III (Títulos do Tesouro Nacional), 0,40%; e artigo 7º, inciso V (Fundos ou ETFs de Renda Fixa), 0,39%.

Na renda variável, o artigo 8º, inciso I (Fundos de Ações) se apresenta com resultado negativo de -1,11%, enquanto o artigo 8º, inciso II (Fundos de Ações – BDR) registrava resultado positivo de 2,48% no período.

Foi proposto a análise de eventual remanejamento parcial dos recursos atualmente alocados na bolsa brasileira, considerando que a renda variável exige constante monitoramento quanto aos momentos de entrada e saída, bem como o fato de que parte dos ganhos expressivos já foi capturada pela carteira, além da redução das perspectivas de valorização no curto prazo.

Informou que o estudo de ALM encontra-se em elaboração e o credenciamento da instituição custodiante ainda não foi concluído. Ressaltou que, tão logo o estudo seja finalizado, o Comitê deverá se reunir para deliberar acerca de novas aplicações em títulos públicos federais.

Apresentou também comparativo de rentabilidade acumulada no exercício, demonstrando que os títulos enquadrados no artigo 7º, inciso III, apresentam retorno de 4,88%, enquanto os fundos DI enquadrados no artigo 7º, inciso V, registram 4,90%, evidenciando desempenho semelhante entre as estratégias.

Na sequência, demonstrou alguns fundos de renda fixa que estão desenquadrados em relação à Resolução 5,272 a exemplo do fundo DI CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA – Responsabilidade Limitada, tendo a Caixa, assim como o Banco do Brasil indicado outros fundos, como o fundo Caixa Top Private Responsabilidade Limitada FIC FIC Renda Fixa Referenciado DI LP, com retorno semelhante ao fundo desenquadrado.

Diante do cenário apresentado e após as análises técnicas realizadas, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pela aplicação dos recursos oriundos das contribuições previdenciárias do mês de abril de 2026 e do cupom de juros com vencimento em 15/05/2026 (Títulos Públicos NTN-B), no fundo Caixa Top Private Responsabilidade Limitada FIC FIC Renda Fixa Referenciado DI LP, da Caixa Econômica Federal, enquadrado no artigo 7º, inciso V (Anexo I).

A decisão fundamenta-se na necessidade de adequação gradativa da carteira às disposições da nova regulamentação aplicável aos investimentos dos RPPS, especialmente quanto às limitações impostas a determinados fundos que não mais comportam novos aportes, bem como na estratégia de fortalecimento da parcela da carteira alocada em ativos de menor volatilidade e elevada liquidez.

A opção pelo fundo Caixa Top Private Responsabilidade Limitada FIC FIC Renda Fixa Referenciado DI LP mostra-se compatível com o atual cenário macroeconômico, ainda marcado por incertezas quanto à trajetória da taxa básica de juros, volatilidade dos mercados e oscilações relevantes nos ativos de renda variável, proporcionando maior previsibilidade de retorno, aderência à meta atuarial e mitigação dos riscos de mercado no curto prazo.

Além disso, a estratégia adotada observa os princípios da segurança, liquidez, solvência, rentabilidade e transparência previstos na Resolução CMN 5272/2025 e na Política de Investimentos do IPVV, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial desta Autarquia.

Ressaltou-se, ainda, que a decisão possui caráter prudencial e temporário, até a conclusão do estudo de ALM e do credenciamento da instituição custodiante, etapas indispensáveis para subsidiar futuras deliberações acerca da ampliação das posições em Títulos Públicos Federais, conforme estratégia de longo prazo da carteira.

Assuntos Gerais:

Foi informado que o relatório mensal de investimentos ainda se encontra em fase de conclusão, restando pendentes algumas conferências e validações internas. Após sua finalização, o documento será encaminhado ao Conselho Fiscal para apreciação e ratificação das informações nele constantes.

O Conselho Fiscal elaborará o respectivo relatório trimestral, contemplando as análises e acompanhamentos de sua competência.

Na sequência, foi comunicado que o processo de credenciamento do Banco Bradesco encontra-se concluído, restando apenas a formalização das assinaturas pertinentes. Informou-se também que está em andamento o credenciamento da corretora Ágora, vinculada ao Banco Bradesco, a qual se dispôs a realizar a custódia dos títulos públicos sem cobrança de taxas.

Foi relatado que a XP Investimentos também apresentou proposta de custódia gratuita, enquanto o Banco do Brasil informou que fará a cobrança das taxas públicas aplicáveis ao serviço.

Ficou consignado que será realizada avaliação técnica e operacional das instituições interessadas, visando identificar a alternativa mais vantajosa e aderente às necessidades do Instituto, observando critérios de segurança, qualidade do atendimento, capacidade operacional e custo-benefício.

Ressaltou-se, ainda, que algumas instituições financeiras vêm demonstrando elevado grau de presteza e suporte técnico no atendimento ao Instituto, aspecto que também será considerado no processo de escolha da instituição custodiante.

Foi destacado que, para a realização de novas aquisições de Títulos Públicos Federais, torna-se necessária, previamente, a definição da instituição custodiante responsável pela operacionalização e guarda dos ativos.

Diante disso, deliberou-se que será realizada, oportunamente, reunião específica para definição da instituição custodiante a ser contratada, considerando que a custódia dos títulos públicos, atualmente realida pela RJI, poderá permanecer pelo prazo regulamentar de até 02 (dois) anos, a partir da divulgação da Resolução 5.272 de 18/12/2025, para fins de realocação gradual da carteira.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente deliberação.

Vila Velha (ES), 14 de maio de 2026.

Reynaldo Luiz Fassarella
Diretor Financeiro
CP RPPS CGINV III

Patrícia Siqueira Nunes
Diretora Administrativa
CP RPPS CGINV

Maria Margarete Martins
Diretora de Benefícios
CP RPPS CGINV I

Lucia Helena S Santos
Membro Comitê
CP RPPS CGINV I
Portaria 010-2025

Caio Marcos Cândido
Diretor Presidente
CP RPPS CGINV I

ANEXO I – RENTABILIDADES DA CARTEIRA VERSUS META ATUARIAL

Atividade - **Performance** -
 Análise de Fluxo - **Monte-Carlo** -
 Feedback - **Observações**

VILA VELHA - CONSOLIDADO 30/04/2026

RENTABILIDADES DA CARTEIRA VERSUS META ATUARIAL

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,01	0,62	0,72	2,11									4,53
IPCA + 5,56%	0,78	1,09	1,16	1,10									4,40
p.p. indexador	0,23	-0,47	-0,63	1,00									0,13
2025	0,79	0,75	0,45	0,92	1,60	1,04	1,19	0,77	1,20	1,28	0,60	1,05	12,28
IPCA + 5,34%	0,62	1,73	0,96	0,85	0,70	0,65	0,74	0,32	0,94	0,57	0,57	0,79	9,83
p.p. indexador	0,17	-0,98	-0,51	0,07	0,91	0,38	0,45	0,45	0,27	0,71	0,03	0,26	2,45
2024	1,02	1,04	1,01	0,44	1,09	1,35	0,94	1,06	0,59	1,11	1,34	0,84	12,49
IPCA + 5,09%	0,86	1,21	0,56	0,82	0,88	0,61	0,84	0,41	0,86	1,02	0,77	0,94	10,19
p.p. indexador	0,17	-0,17	0,45	-0,38	0,22	0,74	0,10	0,65	-0,27	0,09	0,58	-0,10	2,30
2023	1,66	0,58	1,53	0,97	1,22	1,23	0,94	0,62	0,20	0,49	1,58	1,17	12,90
IPCA + 5,09%	0,97	1,20	1,17	0,97	0,87	0,33	0,54	0,69	0,66	0,66	0,68	0,96	9,88
p.p. indexador	0,69	-0,62	0,37	0,00	0,36	0,89	0,41	-0,06	-0,45	-0,17	0,91	0,22	3,02
2022	-1,78	-0,48	1,88	-0,54	0,98	-0,27	1,69	0,00	-0,58	1,41	1,38	0,26	3,95
IPCA + 4,92%	0,94	1,38	2,05	1,43	0,89	1,07	-0,28	0,08	0,11	0,97	0,79	1,04	10,97
p.p. indexador	-2,72	-1,86	-0,16	-1,97	0,09	-1,35	1,97	-0,08	-0,69	0,43	0,59	-0,78	-7,02
2021	-0,48	-1,03	1,05	1,06	0,94	0,42	0,32	0,32	-1,16	1,81	0,80	2,14	6,31
IPCA + 5,43%	0,67	1,24	1,42	0,73	1,28	0,97	1,43	1,34	1,61	1,68	1,37	1,22	16,01
p.p. indexador	-1,15	-2,27	-0,37	0,33	-0,33	-0,56	-1,10	-1,02	-2,77	0,13	-0,57	0,93	-9,70
2020	0,49	-0,79	-0,98	1,89	2,02	2,02	2,94	-0,49	-1,49	-0,01	2,81	3,55	5,63
IPCA + 5,87%	0,71	0,66	0,57	0,14	0,07	0,74	0,88	0,72	1,12	1,54	1,35	1,86	10,63
p.p. indexador	-0,22	-1,45	-1,55	1,75	1,95	1,28	2,06	-1,21	-2,61	-1,55	1,46	1,69	-5,00
2019	2,66	0,46	0,52	1,25	2,07	2,43	1,16	-0,08	2,05	2,10	-0,88	2,10	16,97
IPCA + 6,00%	0,83	0,90	1,19	1,06	0,64	0,45	0,72	0,62	0,45	0,63	0,98	1,64	10,59
p.p. indexador	1,83	-0,43	-0,68	0,19	1,43	1,98	0,44	-0,70	1,60	1,47	-1,85	0,46	6,38
2018								0,28	0,40	3,39	0,72	1,12	6,02
IPCA + 6,00%								0,44	0,92	0,96	0,25	0,61	3,23
p.p. indexador								-0,17	-0,52	2,42	0,47	0,51	2,78

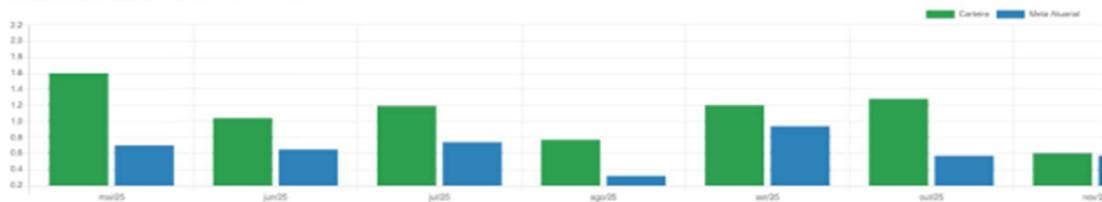
EVOLUÇÃO



PATRIMÔNIO



RENTABILIDADES MENSIS - 12 ÚLTIMOS MESES



PERFORMANCE SOBRE O BENCHMARK

RELATÓRIO

ANEXO II – Fundo CEF (cotas diárias)

CAIXA Asset						Clique ao lado e escolha o benchmark* de comparação: % CDI		RENTABILIDADE		
RENDA FIXA						Limite Glob. 100%				
Art. 7º I - Fundos ou ETF 100% TFF Limite p/ alocação: 100%										
	CNPJ	Pró Gestão	Aberto p/ RPPS	Valor Cota	Patrimônio	DIA	% CDI	MÊS	% CDI	ANO
CAIXA TOPAZO FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	11.061.230/0001.87	Sem Exigência	SIM	4.390472 R\$	12.293.446.608,57	0,053	99,82	0,373	99,66	4,954
CAIXA BRASIL DISPONIBILIZADOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES **	14.208.643/0001.55	Sem Exigência	SIM	3.111939 R\$	1.494.614.333,03	0,049	91,33	0,346	92,46	4,403
CAIXA ALVINA TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CURTO PRAZO	05.164.850/0001.73	Sem Exigência	SIM	7.427984 R\$	5.019.136.072,42	0,053	98,35	0,368	98,32	4,984
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.856/0001.84	Sem Exigência	SIM	7.112291 R\$	13.211.603.556,09	0,050	93,62	0,370	98,88	4,405
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.364/0001.20	Sem Exigência	SIM	7.880867 R\$	162.252.969,30	0,047	88,39	0,370	98,75	4,886
CAIXA BRASIL RIF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001.06	Sem Exigência	SIM	4.439924 R\$	10.902.534.602,22	0,045	83,68	0,366	97,94	4,689
CAIXA BRASIL RIF M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	14.508.605/0001.00	Sem Exigência	SIM	3.617945 R\$	1.719.077.436,26	0,055	1,01	0,268	3,689	3,689
CAIXA BRASIL RIF M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	10.577.519/0001.90	Sem Exigência	SIM	3.756081 R\$	718.040.316,29	0,093	0,002	0,002	3,269	3,269
CAIXA BRASIL IDKA PRÉ ZA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	45.163.710/0001.70	Sem Exigência	SIM	1.439266 R\$	168.931.787,41	0,075	0,444	0,228	61,01	3,222
CAIXA BRASIL IMA B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001.10	Sem Exigência	SIM	3.126412 R\$	3.416.820.707,65	0,046	10,90	0,217	119,70	3,826
CAIXA BRASIL IMA B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	10.740.658/0001.03	Sem Exigência	SIM	5.163747 R\$	2.365.826.971,66	0,028	0,237	0,137	63,25	3,018
CAIXA BRASIL IMA B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	10.577.503/0001.88	Sem Exigência	SIM	3.487322 R\$	832.360.041,07	0,158	0,083	0,220	22,30	4,527
CAIXA BRASIL IDKA IPCA ZA TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	14.386.926/0001.71	Sem Exigência	SIM	3.801569 R\$	2.959.312.366,88	0,016	0,470	0,125	5,86	5,006
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.061.217/0001.28	Sem Exigência	SIM	4.724728 R\$	531.454.835,84	0,006	0,280	0,280	74,83	4,677
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	23.215.097/0001.55	Sem Exigência	SIM	2.391888 R\$	3.754.495.701,82	0,036	0,230	0,155	61,55	3,658
CAIXA BRASIL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	54.518.391/0001.60	Sem Exigência	SIM	1.098752 R\$	993.126.206,95	0,060	112,89	0,356	95,22	3,203
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	45.441.514/0001.50	Sem Exigência	SIM	1.162871 R\$	523.622.317,86	0,065	121,74	0,220	136,97	5,507
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	50.542.114/0001.03	Sem Exigência	SIM	1.123331 R\$	583.605.214,97	0,065	122,22	0,522	139,43	3,980
CAIXA BRASIL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	50.470.807/0001.66	Sem Exigência	SIM	1.071420 R\$	599.628.295,90	0,024	0,469	0,222	123,22	2,279
CAIXA BRASIL 2030 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	18.598.042/0001.31	Sem Exigência	SIM	2.049745 R\$	313.572.551,60	0,057	107,29	0,402	107,35	1,793
CAIXA BRASIL 2030 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	19.769.046/0001.06	Sem Exigência	SIM	1.946610 R\$	1.074.007.517,00	0,041	0,473	0,126	126,34	1,711
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	20.139.534/0001.00	Sem Exigência	SIM	1.760196 R\$	239.843.774,43	0,041	0,473	0,126	126,34	1,714
CAIXA BRASIL 2030 X TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	50.658.938/0001.71	Sem Exigência	SIM	1.036598 R\$	77.550.089,32	0,041	0,473	0,126	126,42	1,714
CAIXA BRASIL 2032 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	50.668.767/0001.67	Sem Exigência	SIM	1.019125 R\$	437.953.991,84	0,051	0,407	0,108	108,58	1,815
CAIXA BRASIL 2033 X TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	50.969.854/0001.40	Sem Exigência	SIM	1.046162 R\$	701.105.702,41	0,041	0,472	0,125	125,88	3,977
CAIXA BRASIL 2035 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	54.390.568/0001.95	Sem Exigência	SIM	0.998427 R\$	118.781.433,49	0,044	0,263	0,103	70,29	4,167
CAIXA BRASIL 2040 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	54.390.771/0001.41	Sem Exigência	SIM	0.973804 R\$	66.576.628,66	0,106	0,040	0,040	1,217	1,217
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.134.800/0001.50	Sem Exigência	SIM	1.099946 R\$	3.476.988.563,26	0,060	111,15	0,357	95,46	3,207
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.208.863/0001.03	Sem Exigência	SIM	1.087827 R\$	760.536.830,51	0,066	122,89	0,525	140,09	5,964
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.209.124/0001.36	Sem Exigência	SIM	1.068025 R\$	1.216.487.227,10	0,023	0,471	0,125	125,87	2,416
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2030 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.209.467/0001.09	Sem Exigência	SIM	1.033661 R\$	363.159.660,10	0,041	0,476	0,127	127,21	1,764
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2032 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.209.706/0001.12	Sem Exigência	SIM	1.017159 R\$	41.833.401,25	0,045	0,411	0,109	109,89	1,821
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2033 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.209.979/0001.67	Sem Exigência	SIM	1.018184 R\$	54.918.104,42	0,042	0,472	0,125	125,54	5,312
Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral Limite p/ alocação: 80%										
CAIXA TOP PRIVATE RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	19.769.018/0001.80	Nível II+	SIM	3.152515 R\$	13.038.507.358,74	0,054	101,69	0,391	104,45	4,963
CAIXA R MEGA FIF REFERENCIADO DI LP	10.322.633/0001.70	Nível II+	SIM	5.047779 R\$	20.733.671.166,14	0,055	102,34	0,388	103,76	68,050
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001.97	Nível II+	SIM	6.659414 R\$	24.725.167.803,16	0,054	101,23	0,390	104,12	4,983
CAIXA BRASIL MINTH RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	23.215.038/0001.70	Nível II+	NÃO	2.383921 R\$	9.160.174.757,26	0,052	98,25	0,391	104,44	4,981
CAIXA NOVO BRASIL IMA B RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	10.646.895/0001.90	Nível II+	NÃO	5.530815 R\$	600.249.830,33	0,058	0,245	0,145	65,51	5,206
CAIXA BRASIL ATIVA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	35.536.532/0001.22	Nível II+	NÃO	1.631.504658 R\$	457.663.887,85	0,010	19,17	0,303	81,02	3,958
Art. 7º VII - Fundos de Renda Fixa c/ sufixo "Crédito Privado" Limite p/ alocação: 20%										
CAIXA EXPERT ABSOLUTE CETA RESP LIMITADA FIF CIC RF CRÉDITO PRIVADO LP (1)	59.861.817/0001.05	Nível III+	SIM	1.153360 R\$	66.542.409,65	0,080	149,66	0,596	159,30	3,865
CAIXA EXPERT SULAMERICA CRÉDITO ATIVO RESP LIMITADA FIF CIC RF CRÉDITO PRIVADO LP	58.113.332/0001.62	Nível III+	SIM	1.229388 R\$	70.748.876,69	0,071	132,84	0,448	119,53	4,673
CAIXA BRASIL IPCA XVI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	21.918.896/0001.62	Nível III+	NÃO	2.972968 R\$	41.629.268,25	0,003	0,480	0,128	128,13	5,425
RENDA VARIÁVEL						Limite Global: 30%		RENTABILIDADE		

CAIXA

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O FIC TOP PRIVATE REF DI LP 19.769.018/0001-80

Informações referentes a Setembro de 2024

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA TOP PRIVATE RENDA FIXA REF DI LONGO PRAZO, administrado por CAIXA ECONOMICA FEDERAL e gerido por CAIXA DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponível no endereço eletrônico www.caixa.gov.br. As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. **PÚBLICO-ALVO:** o fundo é destinado a investidores que pretendam: **Investidores que buscam retorno por meio de investimentos em fundos de renda fixa e O FUNDO destina-se a acolher investimentos de investidores em geral, a critério da ADMINISTRADORA.**

2. **OBJETIVOS DO FUNDO:** Proporcionar rentabilidade compatível ao do Depósito Interfinanceiro - DI (CETIP), por meio da aplicação em cotas de Fundos de Investimento que apliquem em carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa..

3. **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:**

a. Investir no mínimo 95% do patrimônio líquido do FUNDO em cotas de fundos de investimento que apliquem em carteiras com prazo médio superior a 365 dias, compostas por ativos financeiros diversificados, indexados a taxas pós fixadas, de forma a acompanhar a variação do DI. O FUNDO poderá aplicar, direta e/ou indiretamente, em crédito privado de baixo risco até o limite de 50% do seu patrimônio líquido.

b. O fundo pode:

Aplicar em ativos no exterior até o limite de	0,00%
Aplicar em crédito privado até o limite de	50,00%
Aplicar em um só fundo até o limite de	100,00%
Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira?	Sim
Alavancar-se até o limite de	0,00%

FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA TOP PRIVATE RENDA FIXA REF DI LONGO PRAZO / 19.769.018/0001-

80

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão. **Este fundo de investimento em cotas de fundos de investimento não realiza depósito de margem de garantia junto às centrais depositárias, mas pode investir em fundos de investimento que podem estar expostos aos riscos decorrentes de aplicações em ativos que incorram em depósito de margem de garantia. As informações apresentadas são provenientes dos fundos investidos geridos por instituições ligadas.**

d. As estratégias de investimento do **fundo** podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO:

Investimento inicial mínimo	R\$ 1.000.000,00
Investimento adicional mínimo	R\$ 100,00
Resgate mínimo	R\$ 100,00
Horário para aplicação e resgate	17:00 (horário de Brasília)
Valor mínimo para permanência	R\$ 100.000,00
Período de carência	Não há
Conversão das cotas	Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento da data da aplicação. No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento da data do pedido de resgate.
Pagamento dos resgates	O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de 0 dias úteis contados da data do pedido de resgate.
Taxa de administração	0,150%
Taxa de entrada	Não há
Taxa de saída	Não há
Taxa de performance	Não há
Taxa total de despesas	As despesas pagas pelo fundo representaram 0,17% do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de 02/10/2023 à 30/09/2024. A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA: o patrimônio líquido do fundo é de R\$ 9.317.533.479,54 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são:

Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	40,91%
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	23,16%
Títulos públicos federais	18,24%
Títulos de crédito privado	11,25%
Outras aplicações	6,41%

6. RISCO: O (a) Administrador (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é:

Menor Risco

Maior Risco



7. HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

a. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

b. **Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos:** 50,3903%. No mesmo período o CDI 100% variou 49,01%. A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Ano	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do CDI 100%	Desempenho do fundo como % do índice de referência
2024	8,2965%	7,9902%	103,8334%
2023	13,3785%	13,0474%	102,5376%
2022	12,8595%	12,3730%	103,9319%
2021	4,6882%	4,3951%	106,6687%
2020	2,5118%	2,7676%	90,7573%

c. **Rentabilidade mensal:** a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi:

Mês	Rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos)	Varição percentual do CDI 100%	Desempenho do fundo como % do índice de referência
Out-2023	1,0267%	0,9975%	102,9273%

Nov-2023	0,9646%	0,9177%	105,1106%
Dez-2023	0,9368%	0,8963%	104,5185%
Jan-2024	1,0147%	0,9666%	104,9762%
Fev-2024	0,8360%	0,8020%	104,2394%
Mar-2024	0,8727%	0,8334%	104,7156%
Abr-2024	0,8969%	0,8874%	101,0705%
Mai-2024	0,8416%	0,8333%	100,9960%
Jun-2024	0,8199%	0,7883%	104,0086%
Jul-2024	0,9733%	0,9071%	107,2979%
Ago-2024	0,8946%	0,8675%	103,1239%
Set-2024	0,8558%	0,8342%	102,5893%
12 Meses	11,4987%	11,0550%	104,0135%

8. EXEMPLO COMPARATIVO: utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

a. **Rentabilidade:** Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no **fundo** no primeiro dia útil de 2023 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2024, você poderia resgatar R\$ 1.110,29, já deduzidos impostos no valor de R\$ 23,40.

b. **Despesas:** As despesas do **fundo**, incluindo a taxa de administração, e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 1,68.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS: utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o **fundo** tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

Simulação de Despesas	+ 3 anos	+ 5 anos
Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%)	R\$ 1.331,00	R\$ 1.610,51
Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante)	R\$ 5,54	R\$ 10,22
Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance)	R\$ 325,46	R\$ 600,29

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

- a. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos;
- b. O distribuidor oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos; e
- c. Não se aplica.

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. 08007260101
- b. Página na rede mundial de computadores www.caixa.gov.br
- c. **Reclamações:** www.caixa.gov.br, Ouvidoria CAIXA: 0800-725-7474Alô CAIXA:4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)0800 104 0 104 (Demais Regiões)Central de Atendimento a Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala:0800-726-2492

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários – CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br.

Demais informações relevantes ao investidor:

Tipo ANBIMA: RENDA FIXA DURAÇÃO BAIXA GRAU DE INVESTIMENTO - Fundos que têm como objetivo buscar retornos investindo em ativos e derivativos de renda fixa. Esses Fundos devem possuir duration média ponderada da carteira inferior a 21 (vinte e um) dias úteis e buscam minimizar a oscilação nos retornos promovida por alterações nas taxas de juros futuros. Os Fundos que possuem ativos no exterior deverão realizar o hedge cambial desta parcela, excluindo estratégias que impliquem exposição em moeda estrangeira ou em renda variável (ações etc.). Estão nesta categoria também os Fundos que buscam retorno investindo em ativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic. Fundos

devem manter, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido em títulos públicos federais ou ativos com baixo risco de crédito do mercado doméstico ou externo.